Abstract

Foi-me solicitado apresentar nesta conferência um texto sucinto que tecesse algumas considerações sobre a CPLP e as migrações com o objectivo de fomentar o debate.

Defendo que discutir o tema migrações só faz sentido se for devidamente enquadrado como um dos elementos integrantes da globalização. Por outras palavras, concordo com os cientistas sociais que defendem que não é possível analisar as dinâmicas migratórias internacionais, entendidas como deslocamentos espaciais da população além-fronteiras, sem o seu devido enquadramento como um dos elementos da globalização, e consequentemente como característica intrínseca ao sistema capitalista.

Depois de resumidamente apresentar no ponto 2.a o quadro conceptual de referência utilizado no presente texto para melhor se entender o fio conductor do mesmo, apresento, no ponto 2.b, esta temática em relação à CPLP num contexto de globalização. As argumentações apresentadas nestes dois pontos conduzem aos questionamentos sobre que política migratória para a CPLP no ponto 3.

O ponto de partida desta reflexão é que a CPLP não é um espaço regional. A CPLP pretende constituir-se, antes de mais, como um espaço global (3 continentes) “acima ou abaixo” das dinâmicas regionais nas quais os seus elementos estão inseridos. Ambição ou ficção? Parece que até agora tem sido mais ficção do que ambição.

CPLP E MIGRAÇÕES NUM CONTEXTO DE ADVERSIDADE

Cristina Duarte, Visiting Research Fellow at WITS UNIVERSITY, School of Governance

cristina.duarte@wits.ac.za

**Estrutura:**

1. **Breve Conceptualização e Contextualização do Tema**
   1. **Conceptualização: Globalização vs Migrações**
   2. **Contextualização: CPLP, Dinâmicas Migratórias e Globalização**
2. **Que Politica Migratória?**
   1. **Presença de Condições Objectivas:. Uma Oportunidade Histórica**
   2. **Ausência de Condições Subjectivas: Uma Percepçāo de Subalternização**
3. **Notas finais**
4. **Breve Conceptualização e Contextualização do Tema**
   1. **Conceptualização: Globalização vs Migrações**

Discutir este tema nas vésperas da terceira década do sec. XXI, caracterizada essencialmente por um aprofundar das contradições inerentes ao sistema capitalista, como o demonstrou a maior crise internacional dos últimos 75 anos, pode ser um desafio difícil tendo em conta o momento adverso que emergiu pós crise de 2008. É comumente aceite, mesmo (finalmente!) pelos liberais e neoliberais, que a crise de 2008 não jogou na sua plenitude o papel de “cleaner” que supostamente devia desempenhar num sistema que produz e acumula em permanência contradições.

A periodicidade das crises, por vezes, acompanhadas de guerras, tem permitido ao sistema, através do tal ’cleaning”, recriar espaços económicos dando azo à emergência de novos ciclos económicos. Ora, discutir as migrações no espaço da CPLP num contexto de “trabalho inacabado de depuração” por parte da crise internacional, e de todas as consequências que daqui advêm, torna, na minha opinião, esta tarefa mais complicada a ponto de ser legítimo questionar da sua pertinência e oportunidade temporal. Neste ambiente adverso, até que ponto se poderá contribuir para o desenho de políticas migratórias na CPLP?

De 2010 a esta parte temos vindo a assistir a um emergir de políticas de índole nacionalista, fascista e proteccionista, num momento em que o sistema capitalista mais necessita de um espaço global dominado pelo pensamento liberal e de hegemonia das leis de mercado para eventualmente recriar “outros 30 anos gloriosos” e ocupar o terreno que ainda está por ocupar[[1]](#footnote-1).

Globalização e migrações acontecem há mais de 100 anos. A globalização reflete a essência do sistema capitalista. Uma necessidade permanente e crescente de novos espaços econômicos em que as migrações internacionais têm estado sempre presentes. O que hoje constitui o espaço geográfico da CPLP já foi objecto de migrações internacionais, devidamente enquadradas por uma fase específica da globalização, a colonização. Neste período, o fluxo era da dita metrópole para as colónias e serviu bem os propósitos do sistema[[2]](#footnote-2). O então fluxo migratório foi promovido como um projeto político e económico importante ao Centro Colonial.

Livre circulação de bens, serviços e capital financeiro são as soluções apresentadas para a obtenção de crescimento económico e a conquista de bem-estar a nível do planeta. As instituições de Bretton Woods e mais tarde a OMC, fizeram deste pensamento a sua bandeira e prometeram que os ganhos permanentes de produtividade traduzir-se-iam “automaticamente” em ganhos salariais e bem-estar para todos. Não foi o que aconteceu. Nas economias mais avançadas, por exemplo, apesar do crescimento económico, dos avanços tecnológicos e dos ganhos de produtividade, desde 1970, os salários mantiveram-se estagnados, aprofundando as desigualdades[[3]](#footnote-3).O aumento das desigualdades ocorreu não só a nível nacional mas essencialmente a nível internacional, e esta última é sem dúvida a principal causa para grande parte das migrações internacionais, fenómeno que não encontra a mesma entusiástica aceitação que a circulação de bens, serviços e do capital financeiro. Desconheço a existência de uma organização internacional[[4]](#footnote-4) que promova as migrações internacionais, à semelhança das que existem de promoção da livre circulação de bens, serviços e capital financeiro. A globalização parece “padecer” de uma parcialidade de conveniência geopolítica. Poder-se-ia dizer que as migrações contrariam a globalização na sua unidireccionalidade em termos de intencionalidade pura. É neste contexto, que no âmbito desta breve reflexão, é importante ter presente que as regras liberais da globalização não se têm aplicado às migrações internacionais, enquanto mobilidade do factor trabalho, da mesma forma que se aplicam ao capital financeiro e ao comércio de bens e serviços. A mobilidade do factor trabalho encontra obstáculos crescentes, como que contrariando a lógica do modelo dominante.

Esta contradição estruturante e intrínseca condiciona qualquer tentativa de elaboração de políticas migratórias, particularmente no caso da CPLP, um espaço global “subalternizado” por dinâmicas regionais.

As migrações internacionais têm sido objecto de atenção crescente na arena das políticas públicas globais. Deixou de ser um assunto silenciosamente confinável e contornável com o passar do tempo, para passar a ser um facto que atrapalha o “delivery” das democracias ocidentais. Felizmente. Atrapalhação benéfica, pois colocou a migração na agenda global, como uma questão política de alta prioridade para muitos governos, permitindo que, apesar da desinformação de pendor nacionalista e populista, a sua importância para a prosperidade económica, o desenvolvimento humano e a segurança fossem verbalizados. Em 2018, avanços incrementais na cooperação internacional em migração deram mais um passo com o compromisso assumido pelos Estados (ou por um número significativo de Estados) para alcançar um acordo global para uma migração segura, ordeira e regular.

* 1. **Contextualizaçāo: CPLP, Dinâmicas Migratórias e Globalização**

O que hoje constitui o espaço geográfico da CPLP já foi objecto de migrações internacionais, devidamente enquadradas por uma fase específica da globalização, a colonização. Neste período o fluxo era da então metrópole para as colonias e serviu bem os propósitos do sistema. No período colonial a migração contou com uma sintonia perfeita entre as agendas políticas e as necessidades económicas do sistema. Ou seja, estiveram reunidas as condições objectivas e subjectivas para que os fluxos não só acontecessem como fossem amplamente promovidos, particularmente, pelo facto dos países destinatários serem países periféricos e anexados. Ou seja, a dominação foi um ingrediente importante.

O espaço colonial transmuta-se em CPLP onde a correlação de forças entre Estados/povos muda de forma radical e consequentemente também muda a lógica subjacente aos fluxos migratórios. Os novos países Africanos independentes, com algumas excepções, não conseguem satisfazer as necessidades básicas das populações e as migrações intensificam-se como alternativa para as populações. Esta migração espontânea, no espaço da CPLP, das “ditas periferias” para os “ditos centros” como estratégia de sobrevivência alinha-se com o que já acontecia em outras latitudes e bastante comum durante os 30 anos gloriosos. Mas também o fluxo contrário acontece particularmente com o fim das guerras em Angola e Moçambique, o forte crescimento económico que estes países experimentaram antes da crise internacional, da baixa do preço do petróleo e a recessão económica em Portugal com as políticas de austeridade. Este fluxo norte – sul acontece pelas mesmas razões que o fluxo sul – norte.

No espaço da CPLP a clássica lógica migratória “periferia-centro” fica ligeiramente baralhada. A noção de centro, como uma locomotiva do crescimento económico com uma periferia a reboque, perante economias antes periféricas, mas nos dias de hoje com um forte potencial económico como Angola e Moçambique, fica esbatida. Se a evolução do pós-independência tivesse sido “idealmente perfeita”, estes dois países seguramente emergiriam como centros e consequentemente recebedores de fluxos regulares[[5]](#footnote-5), o que se tornaria num factor favorável à definição de políticas migratórias na CPLP na medida em que não estaríamos perante fenómenos percepcionados como unidirecionais, em que o fluxo norte – sul é visto como o único que cria valor. Dito isto, importa mencionar que por outro lado, os “Centros” Portugal e Brasil não passam de centros intermédios, submetidos eles também a outros centros mais poderosos (caso de Portugal em especial) cujas dinâmicas não conseguem contrariar.

Pode-se, pois, concluir que as migrações há muito que acontecem no espaço geográfico que hoje delimita a CPLP e dificilmente deixarão de acontecer. Há luz do compromisso global assumido em 2018, de se celebrar um acordo para uma migração segura, ordeira e regular, questiona-se que políticas migratórias para a CPLP?

1. **Que Politica Migratória Face a Este Contexto**
   1. **Presença de Condições Objectivas:. Uma Oportunidade Histórica**

No mundo do capitalismo “perfeito” as migrações internacionais deveriam ser um dos elementos activos do modelo dominante e alvo de políticas publicas globais que as enquadrassem e as promovessem. Mas não acontece. Porquê? Os aspectos negativos, porque os há, manipulam o debate. A atitude dominante é a de rejeição à migração, percebida como um fenómeno a ser contido dentro de perímetros restrictos[[6]](#footnote-6). A percepçāo negativa que se tem das migrações internacionais é exagerada, inconsistente e amplificada por agendas politicas populistas como isco para vitórias eleitorais. Em pleno séc. XXI, este sentimento de rejeição assume a forma de um “remar contra a maré”. O factor trabalho vai continuar a deslocar-se, “a bem ou a mal”; bom seria que fosse de forma segura, ordeira e regular, conforme a decisão de 2018 tomada pela comunidade internacional.

Um primeiro passo foi dado por algumas organizações internacionais, ao reconhecerem a necessidade de mudança de narrativa no tratamento das migrações, nomeadamente a necessidade de se reconhecer abertamente as vantagens das migrações em termos de desenvolvimento humano e crescimento económico. As catástrofes humanas associadas às migrações não são sua característica intrínseca, mas reflectem essencialmente uma incapacidade de os poderes públicos nacionais gerirem questões globais que não sejam prioridade ou não façam parte de uma agenda liberal. Aliás, parece que a questão ambiental vai pelo mesmo caminho.

Nesse contexto, o ponto de partida para a formulação de políticas migratórias, não sendo estas estritamente nacionais, é a sua inscrição e priorização, de forma genuína, na agenda do multilateralismo numa perspectiva completamente inovadora quebrando com o “business as usual”. A inserção de forma consequente e consistente deste tema na agenda do multilateralismo, é nos dias de hoje uma questão fundamental para neutralizar as agendas populistas e xenófobas. Uma honesta valorização dos aspectos positivos, porque os há, tentando equilibrar a perspectiva parcial que tem dominado o debate de quase exaltação dos aspectos negativos, estes, por sua vez, resultado de ausência de políticas. Ou seja, um paradoxo.

Como cidadãos da CPLP poderíamos começar por reconhecer:

1. que a migração é inevitável e vai continuar a acontecer apesar dos obstáculos existentes;
2. que a sua consagração em políticas públicas passa pelo reconhecimento do enorme potencial de complementaridades e sinergias socioeconómicas existentes no espaço da CPLP;
3. que a inserção em espaços regionais dos membros da CPLP não constitui um obstáculo, muito pelo contrário;
4. que “remar contra a maré” não é a melhor via. As políticas que equacionam antes de mais os aspectos positivos das migrações tem uma maior probabilidade de enfrentar os desafios dos que as políticas que obcessivamente só equacionam os aspectos negativos. Trata-se basicamente de evitar o paradoxo acima mencionado.
   1. **Ausência de Condições Subjectivas: Uma Percepçāo de Subalternização**

Apesar de benéfica e inevitável, vozes defendem que não estão reunidas as condições subjectivas para o estabelecimento de uma política migratória no espaço da CPLP. É difícil a promoção de fluxos migratórios de forma integrada, consistente e duradoira tendo em conta a divergência de posições políticas por parte dos governos em exercício, nalguns casos agravada pela participação dos países em espaços regionais com níveis de institucionalização e legalização mais estruturados e consequentemente mais vinculativos. A percepçāo de “subalternização” da CPLP em relação aos espaços regionais de inserção dos nossos países por parte dos actores políticos personifica a ausência de condições subjectivas.

Vai-se perdendo claramente a oportunidade de se gerarem dinâmicas socioeconómicas que complementem as já existentes associadas aos espaços regionais de inserção. E vai-se perdendo a oportunidade de uma verdadeira comunidade efectiva e útil aos povos que a constituem.

1. **Notas finais**

(A serem escritas depois da conferencia e com inputs do debate)

1. Em que África é um deles. [↑](#footnote-ref-1)
2. À excepçāo da então colónia Cabo Verde que, nos finais de sessenta do século XX, registou grandes movimentações migratórias para Portugal. Os anos áureos do desenvolvimento do capitalismo na Europa acolheram muita emigração cabo-verdiana. [↑](#footnote-ref-2)
3. Para 90% da população nos Estados Unidos, a renda cresceu menos de 0,5% ao ano, em média, entre 1979 e 2013; De 1973 a 2013, a produtividade de bens e serviços nos EUA cresceu mais de 240%, enquanto os salários do trabalho permaneceram estagnados; Na Europa, houve um aumento estrutural na relação capital / renda desde a II Guerra Mundial; As desigualdades de renda e riqueza entre os países aumentaram. Além disso, a distribuição do PIB per capita entre países tem divergido ao longo do tempo. Como resultado, a distribuição de riqueza também se tornou altamente desigual: os 1% mais ricos detêm 48% da riqueza global. [↑](#footnote-ref-3)
4. A OIM, agência das NU para as migrações, não foi criada para promover as migrações, mas para gerir os desafios que dela advêm. [↑](#footnote-ref-4)
5. O que de facto já aconteceu. [↑](#footnote-ref-5)
6. Como referido acima, atrapalha o “delivery” das democracias ocidentais. [↑](#footnote-ref-6)